

Plano de trabalho

**“Consultoria para Análise de Gênero nos Projetos
GEF: BRA/14/G31; BRA/14/G32; BRA/14/G33;
BRA/12/G32; BRA/067/G32”**

Período: 09/04/2018 – 14/09/2018

Consultora: Rodica Weitzman

1. INTRODUÇÃO

Na construção de uma agenda política que privilegia a promoção do desenvolvimento humano e sustentável, o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* tem se dedicado sistematicamente ao combate à pobreza e às desigualdades sociais. Diante deste quadro de desigualdades sociais, é preciso salientar as relações imbricadas entre raça, etnia e gênero, no intuito de revelar o impacto de processos de exclusão social sobre determinados segmentos sociais e fortalecer iniciativas que ressaltam seu papel protagônico na busca coletiva de soluções. No que diz respeito as temáticas no campo ambiental, inegavelmente, é necessário demonstrar as ligações entre o agravamento do quadro socioambiental e as desigualdades de gênero, raça a etnia, de modo que a conservação da agrobiodiversidade e as práticas agro-alimentares sustentáveis também integrem a luta voltada para a transformação das relações sociais.

Alguns acordos internacionais, como o *Plano de Ação para Todo o Sistema das Nações Unidas sobre a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-SWAP)*, tem contribuído para dar visibilidade às desigualdades de gênero e viabilizar sua incorporação no Sistema das Nações Unidas sobre a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mujeres (ONU-SWAP). Além disso, as conferências e os relatórios internacionais do Meio Ambiente, entre elas a *Declaração de Estocolmo, o Relatório Brundtland, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), a Declaração de Johannesburgo e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*, contribuíram significativamente para a promoção e difusão de debates internacionais acerca da sustentabilidade e suas interfaces com a construção de relações sociais igualitárias. Algumas Conferências em particular, como a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) — Rio '92*,¹ que colocou no centro dos debates as relações entre a população e o meio

¹ Um marco nesta Conferência foi o estabelecimento da “Convenção sobre Diversidade Biológica” (CDB), assinada por mais de 160 países, que entrou em vigor em dezembro de 1993 e está estruturada sobre três

ambiente, levando diferentes setores sociais organizados a refletirem sobre a maneira como segmentos específicos da população afetam e são afetados por esses dois pólos da equação, foram fundamentais para avançar na construção de um plano de diretrizes e proposições nestes campos temáticos.

Merecem destaque as 173 recomendações contidas no documento da Agenda 21 — *a Plataforma de Ação do Desenvolvimento Sustentável*, adotada por chefes de Estado de 179 países — e, mais especificamente, o capítulo 24, que reúne um conjunto de recomendações, metas e medidas para incorporar as questões de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU. Paralelamente à isso, a elaboração do documento “*Agenda 21 das Mulheres por um Planeta Saudável*”, durante o evento paralelo ao Rio '92: “*O Fórum Social de ONGs*”, facilitou a consolidação de uma articulação dos movimentos de mulheres e organizações feministas em torno de uma agenda ambiental, que serviu como uma base para sua intervenção nas conferências da ONU que ocorreram na década de 1990.²

Os acordos internacionais pactuados em Conferências da ONU, embora sejam passos imprescindíveis na concretização de conquistas na área ambiental que combatem as desigualdades sociais, precisam ser acompanhados por programas e projetos que se adequam às realidades dos principais biomas do país e que se mostram capazes de introduzir inovações nas relações costuradas com o meioambiente circundante. São estas experiências concretas nas comunidades locais que, ao serem sistematizadas e disseminadas, conseguem contrapor o modelo de desenvolvimento em vigência e propor novos padrões de gestão e consumo dos recursos disponíveis.

Neste sentido, ressaltam-se os cinco projetos apoiados pelo *Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF)*, forjados no marco do combate à degradação ambiental e às mudanças climáticas; da promoção da gestão sustentável dos recursos naturais; e da

bases principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

² Entre estas Conferências, destacam-se as seguintes: Conferência de Direitos Humanos (Viena, 1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); IV Conferência Mundial de Mulheres (Beijing, 1995); Conferência Mundial para Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e Habitat II (Istambul, 1996).

repartição dos benefícios e partilha de conhecimentos tradicionais. Os eixos temáticos que orientam sua execução tem “brechas” que proporcionam diálogo com o tema de gênero; no entanto, resta saber até que ponto estas interfaces temáticas (gênero x questões socio-ambientais) são exploradas no “desenho” e no “plano de intervenção” dos projetos analisados. Quando “gênero” ou “empoderamento das mulheres” é citada como “questão”, é apresentada como uma temática “transversal” ao conjunto de ações destes projetos.

A noção da “transversalização” do enfoque de gênero nos projetos sociais pressupõe que gênero permeia cada aspecto do seu “desenho” e do seu plano de implementação (metas estipuladas e ações previstas). É importante salientar que uma estratégia de gênero se operacionaliza mediante a construção de um plano de ação em gênero que não existe isoladamente, mas que tem a incumbência de dialogar com todos os elementos de um projeto, se integrando ao planejamento global da instituição executora e aos seus mecanismos de avaliação e monitoramento.

É sabido que efetivar a transversalização da perspectiva de gênero em todos os aspectos dos programas e projetos institucionais é um grande desafio para a maior parte das organizações sociais. Muitas vezes, as equipes executoras dos projetos afirmam que “o documento do desenho” incorpora a perspectiva de gênero, mas o que se torna nítido ao examinar mais a fundo os documentos é que esta “incorporação” geralmente envolve meras sinalizações sobre a importância de priorizar as mulheres como beneficiárias prioritárias. Na parte do projeto que faz um detalhamento dos objetivos e metas, isso traduz em cotas de participação indicadas para este segmento, como uma forma de garantir sua inclusão, sem portanto, especificar os métodos a serem utilizados para assegurar tal participação.

Portanto, é importante lembrar que gênero não é um mero âpendice ou aspecto adicional ao projeto, mas é algo estruturante, do qual depende o êxito das metas projetadas. Logo, em um processo de avaliação dos Projetos, deve haver uma atenção redobrada sobre estes detalhes: onde se situa a questão de gênero dentro do projeto, tanto nos documentos elaborados quanto no plano de ações a serem implementadas, e de que maneira gênero se torna um elo de ligação entre todos os componentes e aspectos de qualquer Projeto ou Programa.

Neste sentido, esta consultoria tem o principal objetivo de efetivar uma análise do grau de incorporação do enfoque de gênero nestes cinco projetos apoiados pelo GEF (BRA/14/G31; BRA/14/G32; BRA/14/G33; BRA/12/G32; BRA/067/G32), apontando suas lacunas, fragilidades, potencialidades e pontos de convergência no intuito de qualificar o processo de implementação dos projetos em andamento, além de garantir um tratamento transversal de gênero no desenho dos futuros projetos.

2. A ABORADAGEM METODOLÓGICA PROPOSTA

As principais fontes de informação e subsídios de análise deste diagnóstico serão os documentos elaborados por técnicos/as e consultores/avaliadores externos e as entrevistas realizadas com as equipes executoras dos projetos. Em relação às entrevistas, serão norteadas por um questionário com um roteiro de perguntas, elaborado pela consultora a partir das diferentes dimensões dos projetos que serão examinadas. Os/as principais interlocutores/as destas entrevistas, a maior parte das quais serão realizadas via Skype, serão os/as coordenadores/as e técnicos/as das equipes executoras. Para complementar estas informações, oportunidades para entrevistas com o público alvo - os/as participantes das atividades dos projetos - serão providenciadas de acordo com sua viabilidade. Para tal finalidade, será elaborado um roteiro específico que poderá nortear as entrevistas direcionadas para o “público alvo” dos projetos, com linguagem adequada e pontuações específicas visando o levantamento de questões relevantes para os grupos alvos. Uma destas possibilidades (para realização de entrevistas) que se apresenta no horizonte do cronograma projetado será no “*IV Encontro Nacional de Agroecologia*” (31/05 a 03/06), dentro do qual devem estar presentes algumas organizações e grupos envolvidos com os projetos, especialmente em *PPP-Ecos* e *Projeto Bem Diverso*.

Uma vez que não será possível realizar uma “pesquisa etnográfica”, uma abordagem que permite estabelecer contato direto com as áreas de abrangência dos projetos em andamento e com os grupos alvos, o foco deste diagnóstico será a produção documental, de modo que “os documentos” se tornem o “campo” da pesquisa efetivada. Ressalto que tendo os “arquivos” como “porta de entrada” ao universo dos projetos, uma atenção especial será dada aos métodos de sistematização das informações coletadas e ao

tratamento das fontes. Aqui os conjuntos documentais, ao serem concebidos como um campo etnográfico³, serão apreendidos não apenas enquanto repositórios de informações sobre os outros, mas como fontes que falam e que devem ser ouvidas, a partir de um diálogo que descortina várias camadas de interpretação.

Realço que o foco analítico e empírico deste diagnóstico recai sobre os contextos - social, político e cultural - da produção documental. Sendo assim, parto do pressuposto de que as condições de produção das “vozes” constituem um objeto de análise. A observação minuciosa das lógicas que orientam a veiculação de conteúdo e suas formas de transmissão inegavelmente fará parte deste exercício de observação, descrição e interpretação das vozes canalizadas através do material analisado.

O ponto de partida do exercício metodológico proposto envolve primeiramente a análise aguçada dos principais arquivos que retratam o “desenho” e “plano de intenções” de cada Projeto, listados a seguir: *Projetos de desenho (PRODOC)* e *Contratos e Cartas de Acordo*, com o objetivo de detectar o nível de incorporação do enfoque de gênero nas estratégias traçadas. A maior parte dos projetos apresentam os seguintes mecanismos, instâncias e ações: a “linha de base”, que serve como base de orientação para o sistema de M & A (monitoramento e avaliação); metodologias de diagnóstico das condições socioambientais; esquemas referenciais regulatórios em relação às questões ambientais; a demarcação de áreas circunscritas para demonstração de experiência inovadoras e exemplares. Todos estes mecanismos, instâncias e conjunto de ações serão perscrutados visando compreender suas fortalezas e suas limitações no alcance das metas previstas a partir do enfoque de gênero, tendo em vista que, em muitos dos projetos analisados, gênero não é posto como um pressuposto da ação proposta.

O segundo passo envolve a análise dos documentos que expõem o plano de implementação das ações e sinalizam os avanços, impedimentos e desafios inerentes à estes processos (*“Projetos e Informes de Implementação” – PIRs; “Relatórios de*

³ "Entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo". A provocação de Mary Des Chenes (1997:76) capta bem as transformações que vêm alterando a face da antropologia desde os anos 80. O trabalho de campo, enquanto um estudo profundo e contínuo baseado na interação e observação de micro-sociedades não ocidentais, se tornou o modo padrão da pesquisa etnográfica, sendo considerado um dos alicerces da disciplina desde o início do século XX. No entanto, a partir dos anos 80, ampliaram-se as experimentações metodológicas nos modos de conceber e realizar pesquisas etnográficas, o que permitiu o reconhecimento do “arquivo” enquanto um locus privilegiado de interlocução com o objeto de análise.

reuniões e vistas de campo”; *Materiais de comunicação: vídeos, cartilhas e cadernos*; e *Relatórios de Avaliação de Meio Termo*” (RMT); e outros tipos de *Relatórios de avaliação*). Dentro deste amplo leque de documentos, primazia será atribuída aos materiais que compõem os acervos das organizações envolvidas e que integram os processos de gestão de conhecimento, uma vez que constituem um termômetro importante para verificar as dinâmicas em jogo e compreender as prioridades institucionais.

O terceiro passo se refere à efetivação de um processo de comparação entre este plano das “intenções” (uma vez que, o que está contido em um projeto não deixa de ser uma exposição do que se pretende), com o que efetivamente tem acontecido durante o período de execução dos projetos, no plano de ações. Para que este processo analítico possa ser efetivado com rigor e acuidade, as informações geradas nas entrevistas realizadas com diversos membros das equipes dos projetos e com integrantes de alguns grupos alvos serão de fundamental importância. O objetivo deste processo analítico é identificar o descompasso entre aquilo que se pretende e aquilo que se concretiza, captando as lacunas, discrepâncias, fortalezas e fragilidades.

A partir desta análise, será possível conhecer mais a fundo as experiências exitosas dentro do universo de intervenções realizadas, identificando, por um lado, as capacidades, as oportunidades e as potencialidades. Estes casos “emblemáticos”, identificados nesta fase, serão sistematizados pela consultora, no intuito de servir como orientação para futuros projetos. Por outro lado, serão explicitados os principais obstáculos e desafios, tanto no que tange ao “desenho” dos projetos, quanto no que diz respeito aos processos de implementação de planos de ação que incorporam o enfoque de gênero ao nível local e regional.

Os dois Relatórios a serem fabricados e apresentados (Produtos 2 & 3) serão resultados deste processo analítico, se constituindo enquanto uma síntese dos indícios da transversalidade do enfoque de gênero nos diversos mecanismos e instâncias destes cinco projetos. O segundo produto a ser apresentado, no mês de junho/2018, tem um caráter mais avaliativo, uma vez que pretende fazer um balanço da perspectiva de gênero nos diferentes componentes dos projetos, levando em consideração seus distintos graus de desenvolvimento. O terceiro (e último) produto a ser apresentado em julho/2018 é um

resumo das “lições aprendidas” e das “boas práticas” que merecem ser disseminadas, além dos obstáculos e desafios que perpassam todos os projetos analisados.

3. DESCRIÇÃO DAS FASES NO PLANO DE TRABALHO

(a) Primeira fase (09/04/2018 – 14/05/2018): Análise inicial de materiais oriundos dos 5 projetos

- Leitura inicial de todos os produtos recebidos;
- Verificação das lacunas nos materiais recebidos e as necessidades de maiores informações;
- Solicitação de materiais complementares. *Ex: no caso de BRA 12G32 – PPP Ecos:* serão solicitados os projetos e relatórios de alguns grupos apoiados. De um total de 94 projetos, destaca-se que 31 tem ações específicas voltadas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A consultora solicitará as cópias originais destes 31 projetos e seus relatórios de progresso (que relatam o processo de implementação). Também, a consultora pedirá o envio de alguns projetos que tiveram dificuldades para incorporar a perspectiva de gênero, de acordo com os/as coordenadores/as do *PPP-Ecos*;
- Construção do(s) roteiro(s) das entrevistas a serem realizadas com as equipes executoras e grupos de base atendidos pelos projetos.

(b) Segunda fase (15/05 – 24/05): Análise mais aprofundada dos materiais recebidos e preparação para as entrevistas com as equipes executoras

- Montagem de um quadro inicial de sistematização a partir dos pontos-chaves a serem analisados (no processo de análise documental);
- Procura de fontes secundárias sobre determinadas problemáticas ambientais abordadas no escopo dos projetos (literatura especializada, cobertura na imprensa de acontecimentos marcantes);
- Sistematização inicial das informações coletadas nos documentos (PRODOCs, PIRs, etc.);

- Contatos iniciais com as equipes executoras dos projetos e agendamento das entrevistas por skype;
- Realização de ajustes finais nos questionários das entrevistas a serem realizadas.

© Terceira fase (25/05 – 08/06): Realização de entrevistas com membros das equipes executoras e alguns integrantes dos grupos atendidos pelos projetos em análise

- Realização de entrevistas por skype com membros das equipes executoras dos projetos;
- Realização de entrevistas com integrantes de algumas instituições executoras, organizações parceiras e grupos alvos dos projetos durante o *IV Encontro Nacional de Agroecologia* em BH/MG (días 31/05 – 03/06);
- Sistematização inicial dos insumos gerados durante as entrevistas realizadas (a partir do quadro de sistematização) e cruzamentos de algumas informações para facilitar a análise posterior.

(d) Quarta fase (09/06 – 18/06): Análise final dos insumos das entrevistas e documentos e elaboração do Produto #2

- Sistematização final das entrevistas e arquivos (materiais de comunicação; Relatórios e outros documentos);
- Cruzamentos de informações e análise final (com uso da ferramenta do quadro de sistematização);
- Elaboração e Entrega do Relatório (Produto #2) contendo avaliação do nível de incorporação da perspectiva de gênero nos projetos em andamento, em fase de finalização ou já finalizados, além de recomendações/ proposições.

(e) Quinta fase (19/06 – 18/07): Complementação das informações faltantes a partir de entrevistas com informantes chaves e pesquisa de dados secundários

- Identificação de “casos”/ “boas práticas” nos projetos com potencial de replicação;
- Estabelecimento de contatos com “informantes chaves” (se for preciso) para fornecer informações necessárias sobre estes casos específicos, as lições aprendidas e obstáculos encontrados nos projetos analisados;
- Maior aprofundamento de informações relacionadas ao escopo da pesquisa realizada a partir de entrevistas com “informantes chaves”;
- Pesquisa aprofundada de temáticas específicas no campo ambiental;
- Confecção e Entrega do Relatório Final contendo: i) casos/ boas práticas diagnosticadas em todos os projetos analisados; ii) obstáculos comuns a todos os projetos; iii) lições aprendidas com sua implementação.

(f) Sexta fase (27/07- 08/08): Ajustes finais nos Relatórios e Finalização da Consultoria

- Incorporação de sugestões fornecidas pela equipe de PNUD e coordenadores/as dos Projetos nos Relatórios fabricados;
- Reuniões (virtuais ou presenciais) para esclarecimento de dúvidas e fechamento desta última fase da consultoria realizada;
- Devolução das principais informações levantadas pelo diagnóstico para membros das respectivas equipes e elaboração de um plano de estratégias para superação dos obstáculos identificados.

4. CRONOGRAMA

MESES:	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
Leitura de materiais recebidos	X	X			
Elaboração de instrumentos (quadro de sistematização/questionários)	X	X			
Preparação e realização das entrevistas	X	X	X	X	
Sistematização das informações		X	X	X	
Análise dos insumos gerados: documentos e entrevistas		X	X	X	
Pesquisa: fontes secundárias de dados		X	X	X	
Elaboração e entrega de Produtos (#2 e #3)			X	X	
Reuniões (virtuais ou presenciais) para ajustes finais				X	X
Devolução dos resultados do Diagnóstico para equipes					X

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, Mary Garcia. *Gênero e Meio Ambiente*: 2ª edição. Cortez Editora, SP: 1997.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CORRAL, Thais. As Conferências da ONU e o Novo Conceito de Participação da Cidadania. *Cadernos do CIM — Mulher, Hábitat e Desenvolvimento*, São Paulo, dez. 1996.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. “Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo.” In: *MANA* 10(2): 287-322, 2004.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 36, julho-dezembro de 2005, pp. 7-32.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; CASTRO, Celso. “Quando o campo é o arquivo.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 36, julho- dezembro de 2005, pp. 3-5.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Declaração de Joanesburgo e Plano de Implementação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

DES CHENES, Mary. "Locating the past". In: A. Gupta e J. Ferguson (ed.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press. pp. 66-85, 1997.

KHOR, Martin. *Intellectual Property, Biodiversity and Sustainable Development: resolving the difficult issues*. London: Zed Books Ltd., 2002.

REDEH, WEDO & FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. “Agenda de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015: Uma década de atuação em prol do Desenvolvimento Sustentável.” Editora Grafittus, Rio de Janeiro: 2015.

REDEH & WEDO. *Agenda 21 de Ação das Mulheres*. ECO-92. Rio de Janeiro, 1992.

Sites consultados:

<https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/>

<https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>